

Empreendedor: JOSÉ MAURÍCIO ANDRADE SOARES
Empreendimento: FUNDIÇÃO SIDERAL LTDA
Atividade: Posto de abastecimento de combustíveis automotivos
Endereço do empreendimento: Rodovia MG 431, Km 35,5 - Calambau
Município: Itaúna - MG CEP : 35680-143
Referência: Relatório de Vistoria nº 05843/2004

Porte: Pequeno
Infração: Gravíssima

1 – INTRODUÇÃO

A empresa FUNDIÇÃO SIDERAL LTDA, CNPJ 22.651.194/0001-28, possui instalação para o armazenamento de combustível automotivo, óleo diesel, destinado exclusivamente ao uso do detentor, posto de abastecimento, estando situada em Itaúna/MG.

O empreendimento possui em suas instalações 01 tanque aéreo com capacidade de 15.000 litros e uma bomba de abastecimento. Consome combustível fornecido pela DP Combustíveis Lubrificantes. Estas informações foram obtidas "in loco" e através do Sr. José Bernardes Neto, contador, em 12-02-2004.

A empresa foi autuada através do Auto de Infração número 01291/2004, lavrado em 23-3-2004, por deixar de atender às exigências da Deliberação Normativa COPAM 050/2001.

Em vistoria efetuada no empreendimento, pelo Técnico do NUCOM, Sr. Marcelo Albano F. Moraes, na companhia do Sr. José Bernardes Neto, foram constatadas diversas irregularidades, as quais foram registradas no Relatório de Vistoria de nº 05843/2004 e documentadas através de material fotográfico, conforme anexos. Dentre as irregularidades, destacam-se o potencial de risco de acidente e/ou dano ao meio ambiente e as seguintes ocorrências:

- 1 – os efluentes do posto não são direcionados para o sistema separador de água e óleo;
- 2 – o respiro do tanque não possui válvula de recuperação de gases;
- 3 – o piso da bacia de contenção do tanque aéreo não está concretado;
- 4 – a pista de abastecimento não é concretada e não possui cobertura;
- 5 – as instalações não foram construídas de acordo com as normas técnicas em vigor, em especial a NBR 7505-1.

Núcleo de Combustíveis – NUCOM		Dir. de Ativ. de Infra-Estr. e Monitoramento
Autor: Maria Helena G. P. Fonseca	Eduardo L. de Almeida Bacelar	Diretora : Alice Beatriz Pereira Soares
Assinatura	Assinatura	Assinatura
Data: 23/03/04	Data: 23/03/04	Data: 31/03/04

Alice Beatriz Pereira Soares
Diretora de Infra-Estrutura e Monitoramento



2 - DISCUSSÃO

Durante a vistoria realizada no dia 12-02-2004 foram constatadas que as medidas de controle definidas pela legislação ambiental e de segurança estão sendo descumpridas, especialmente aquelas supracitadas, conforme se pode atestar nas abordagens abaixo, corroboradas pelo material fotográfico anexo.

Os efluentes líquidos (mistura de água, e poluentes a base de hidrocarbonetos) oriundos da atividade de abastecimento e descarga de combustíveis, ou mesmo de derramamentos, escorrem pelo solo, sem sofrerem nenhum tipo de tratamento. Este procedimento constitui flagrante descumprimento ao disposto na Deliberação Normativa do COPAM nº 050/2001, Art. 6º, e norma técnica NBR 7505-1 da ABNT, e caracteriza-se como infração gravíssima, segundo os termos do Decreto nº 39.424 de 5-2-1998, Art. 19, § 3º, inciso 2 e 6, parcialmente alterado pelo Decreto nº 43.127 de 27-12-2002.

O respiro do tanque é desprovido da válvula de recuperação de vapores, o que implica na emissão contínua de poluentes na atmosfera, contrariando a exigência postulada na Deliberação Normativa do COPAM nº 050/2001, Art. 3º, § 2º, inciso II.

Não foi identificado sistema de prevenção e combate a incêndios, contrariando o disposto na norma técnica NBR 7505-1 da ABNT e não há informação se o posto foi submetido a vistoria do Corpo de Bombeiros e se recebeu aprovação de suas instalações.

Em vistoria realizada no empreendimento, em 12-2-2004, o empreendedor foi orientado a corrigir as irregularidades constatadas, ficando com cópia do Relatório de Vistoria de nº 05843/2004 emitido no ato da vistoria.

Para proceder às correções necessárias no empreendimento conforme citado acima, salienta-se a importância da investigação do passivo ambiental, utilizando como referência a DN COMAM da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte de nº 32/2000.

3 - CONCLUSÃO

Do exposto conclui-se que o exercício da atividade desempenhada no empreendimento configura ação efetivamente poluidora e degradante do meio ambiente.

Ante ao flagrante desrespeito das normas técnicas, de segurança e meio ambiente e considerando que a atividade é classificada como de elevado potencial poluidor ao meio ambiente, a mesma não poderá ser desenvolvida sem a devida correção das irregularidades supracitadas, o que implicará na paralisação das atividades do empreendimento.

Desta forma, este relatório sugere à Presidência da FEAM a aplicação da penalidade de embargo e interdição total até a devida adequação, das atividades de abastecimento de combustível automotivo da empresa FUNDIÇÃO SIDERAL LTDA, em decorrência de infração gravíssima devido a conduta lesiva ao meio ambiente e à segurança nos termos do Decreto nº 39.424 de 5-2-1998, Art. 19, § 3º, inciso 2 e 6, parcialmente alterado pelo Decreto nº 43.127 de 27-12-2002, cuja penalidade encontra-se amparada pelo disposto no Art. 18, inciso IV do referido Decreto.

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

138/77

FEAM

PROTOCOLO Nº 054153/2004

DIVISÃO: NUCOM - 12.05.2004

MAI VISTO: Claudio

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

13 FL Nº



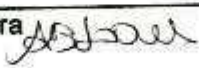
Adendo ao Relatório Técnico nº 017/2004.

Empreendedor: JOSÉ MAURÍCIO ANDRADE SOARES
Empreendimento: FUNDIÇÃO SIDERAL LTDA
Atividade: Posto de abastecimento de combustíveis automotivos
Endereço do empreendimento: Rodovia MG 431, Km 35,5 - Calambau
Município: Itaúna - MG CEP : 35680-143 Porte: Pequeno
Referência: Relatório de Vistoria nº 05843/2004 Infração: Gravíssima

Em 03/03/2004 foi realizada uma segunda vistoria ao empreendimento FUNDIÇÃO SIDERAL LTDA, pelos técnicos Marcelo Albano de Moraes e Maria Helena Gomes Pereira Fonseca, onde foi coletada uma amostra de 1000 mL do óleo diesel e posteriormente determinada a sua densidade com valor $0,866 \text{ mg/cm}^3$, apresentando odor e cor característicos de óleo diesel. A amostra coletada se encontra sob o poder da FEAM. A seguir são apresentadas algumas características obtidas em pesquisa bibliográfica sobre o óleo diesel.

O óleo diesel é um combustível produzido a partir da refinação do petróleo com cadeia carbônica de 6 a 30 átomos. Sua densidade pode variar de $0,8200$ a $0,8700 \text{ (mg/cm}^3\text{)}$. Quanto a exposição dos seres humanos, ele pode provocar os seguintes efeitos: irritação das vias aéreas superiores, irritação dos olhos, lesões irritativas na pele, dor de cabeça, náuseas e tonteadas, pneumonia química (aspirado até os pulmões). O óleo diesel pode poluir o ar, a água e o solo, provocando danos ambientais. No ar pode provocar cheiro desagradável. Na água é moderadamente tóxico para a vida aquática e quando ocorre derramamento pode provocar mortalidade aos organismos aquáticos e prejudicar a vida selvagem. Pode também transmitir características indesejáveis à água impossibilitando seu uso. No solo, por percolamento pode degradar e contaminar o lençol freático.

Segundo a literatura, os hidrocarbonetos aromáticos, tais como benzeno, tolueno, etil benzeno e xilenos ocorrem no petróleo e seus produtos derivados. Esses compostos orgânicos apresentam toxicidade, e o benzeno pode inclusive apresentar carcinogenicidade para seres humanos e outros possíveis efeitos crônicos graves. Muitos poliaromáticos são carcinógenos, sendo motivo de atenção a sua onipresença no meio ambiente.

Núcleo de Combustíveis - NUCOM		Diretoria de Ativid. de Infra-Estr. e Monit.
Autor: Maria Helena G. P. Fonseca	NUCOM: Eduardo L. de Almeida Bacelar	Diretora : Alice Beatriz Pereira Soares
Assinatura 	Assinatura 	Assinatura 
Data: 12/05/2004	Data: 12.05.2004	Data: 12.05.2004

Alice Beatriz Pereira Soares
Diretora de Atividade - Estrutura e Monitoramento

Protocolo nº 718861/2008
Divisão: PLO Fe Am
Mat: M/D



feam

Processo n.º 00148/1994/001/2004
Ref. Auto de Infração n.º: 1291/2004
Defesa apresentada por: FUNDIÇÃO SIDERAL LTDA.

PARECER JURÍDICO

I) RELATÓRIO

1 – O Empreendimento FUNDIÇÃO SIDERAL LTDA. foi autuado em 23-03-2004 como incurso nos incisos 2 e 6, do §3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto nº 43.127/02, por ter cometido as seguintes irregularidades, *verbis*:

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;"

6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;"

2 – O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, com a documentação exigida. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando, em síntese, que:

- está dispensado do licenciamento ambiental, posto que sua capacidade de armazenamento é inferior à legal;
- o tanque sobre o qual versa a autuação, quando da visita técnica, se encontrava em fase de esgotamento do material armazenado, para ser desativado, não causando dano ambiental;
- pugna pela aplicação de atenuante e requer assinatura de Termo de Compromisso.

3- O parecer técnico de fls. 11/13 confirma que o exercício da atividade desempenhada no empreendimento configura ação efetivamente poluidora e degradante do meio ambiente, sugerindo, inclusive, o embargo e interdição do empreendimento.

4- As razões apresentadas pela defesa não merecem prosperar. Isso porque o empreendimento iniciou suas atividades em desacordo com a legislação ambiental, o que, por si só, já configura o ilícito, e o fato de estar em processo de adequação não elide a aplicação da penalidade.

M/D



feam

5- A dispensa legal de licenciamento ambiental não se confunde com a obrigatoriedade de observância das medidas impostas pelas normas técnicas em vigor, conforme preceitua a mesma norma que dispõe sobre a dispensa, qual seja, artigo 6º, da DN/COPAM n.º 50/01.

6- Quanto à assinatura do Termo de Compromisso do artigo 21, §§ 2º, e 3º, do Decreto n.º 39424/98 infere-se que o pedido de assinatura deve ocorrer posteriormente à aplicação da penalidade, o que ainda não ocorreu no caso em tela. Por outro lado, não se identifica no processo possibilidade de aplicação de atenuante, já que o autuado não se enquadra em nenhuma das hipóteses legais para sua incidência.

7- Já a alegação de ausência de degradação ambiental, restou comprovado, tecnicamente, que houve o dano ambiental, ressaltando que há que se considerar que a multa aplicada à parte autuada possui caráter educativo e indenizatório, como premissa de um dano causado. Todavia, excepcionalmente, deve ser imposta em razão da prática de certas situações que colocam em risco a incolumidade da saúde humana ou possam causar a destruição da biota. A infração caracteriza-se pelo risco e não o que dele possa causar.

8- Dessa forma, não é possível constatar, por meio das razões apresentadas na defesa, a veracidade das informações, tampouco há elementos no processo que possam formar o convencimento desta procuradoria no sentido de confirmar se, de fato, a empresa cumpriu todas as determinações do COPAM. Por essa razão, cumpre a aplicação da penalidade cabível.

II) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, remetemos os autos à seguinte autoridade:


- à URC/COPAM ALTO SÃO FRANCISCO:

- no que se refere à infração gravíssima (§3º, inciso 2), recomendando a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 10641,00, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "a" (infração gravíssima, pequeno porte) da DN COPAM Nº 27/98, alterada pela DN COPAM Nº 64/2003.

- no que se refere à infração gravíssima (§3º, inciso 6), recomendando a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 10641,00, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "a" (infração gravíssima, pequeno porte) da DN COPAM Nº 27/98, alterada pela DN COPAM Nº 64/2003.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2008.


Daniela Nogueira de Almeida
Consultora Jurídica
OAB/MG 74367


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador Chefe da FEAM
OAB/MG 16.076 MASP 1043.804-2